

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO UNIDADE
ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JÉSSICA MAYARA VERÍSSIMO DE OLIVEIRA

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - PDSA:**

**Algumas observações acerca desse instrumento de
desenvolvimento**

**SUMÉ - PB
2015**

JÉSSICA MAYARA VERÍSSIMO DE OLIVEIRA

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – PDSA:**

**Algumas observações acerca desse instrumento de
desenvolvimento.**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro
de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz

**SUMÉ-PB
2015**

O482p Oliveira, Jéssica Mayara Veríssimo de.
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido -
PDSA: algumas observações acerca desse instrumento de
desenvolvimento. / Jéssica Mayara Veríssimo de Oliveira. – Sumé –
PB: [s.n], 2015.

47 f.

Orientador: Professor Dr. Paulo César Oliveira Diniz.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Campina
Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso
Superior de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Semiárido Brasileiro. 2. Convivência com o semiárido. 3.
Desenvolvimento. I. Título.

CDU: 316.334.52(043.3)

JÉSSICA MAYARA VERÍSSIMO DE OLIVEIRA

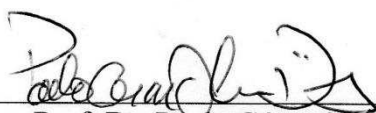
**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO
SEMIÁRIDO - PDSA:**

**Algumas observações acerca desse instrumento de
desenvolvimento.**

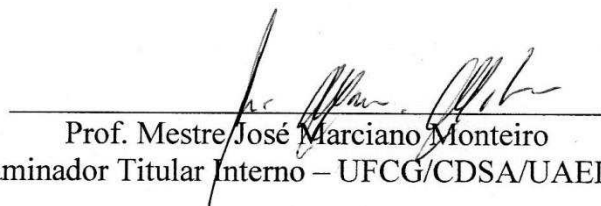
**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro
de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção título de Licenciada em
Ciências Sociais.**

Aprovada em: 25/03/2015

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz
(Orientador – UFCG/CDSA/UAEDUC)



Prof. Mestre José Marciano Monteiro
(Examinador Titular Interno – UFCG/CDSA/UAEDUC)

Profa. Especialista Kátia Carina Mesquita Cruz de Araújo
(Examinadora Titular Externa)

A minha querida mãe Rosália Veríssimo Campos
que sempre acreditou em mim.

AGRADECIMENTOS

À minha família, meu pai Jorge José de Oliveira, aos meus irmãos Jameson Lucas e Jeffson Veríssimo pelo reconhecimento do meu esforço em todos os âmbitos da minha vida, sobretudo, no meio acadêmico. Em especial a minha mãe Rosália Veríssimo Campos que desde cedo me instruiu os passos certo para crescer como pessoa e me ensinou que a educação é a base para o crescimento profissional. Por sempre me incentivar a seguir em frente mesmo em meio a tantos obstáculos e por reconhecer meu esforço e acreditar em meus sonhos.

Ao meu professor e orientador Paulo César O. Diniz que se dispôs a me orientar neste trabalho me auxiliando sempre que necessitei.

À banca que examinou este trabalho com atenção e ética.

Aos colegas de curso que direto ou indiretamente me ajudaram nessa trajetória.

Ao meu querido amigo Williams Martinho que sem hesitar, sempre se dispôs a me ajudar no momento em que necessitei.

As minhas queridas pequeninas Maria Luíza e Maria Alice que muitas vezes quando estava em momentos tristes, cansada depois de dias exaustivos durante esse percurso sempre esperavam a “titia” chegar e com um sorriso nos lábios, faziam esquecer-me de todas as preocupações.

E, sobretudo, agradeço ao meu Deus, todo poderoso, onisciente e onipresente que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis dessa jornada. A Ele toda honra toda glória e todo louvor.

Saí em passeio pelo meu sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas à fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras áspers mediante a proliferação de oásis onde se repetiria o milagre da multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob o céu estrelado, que o sertanejo sem deixar arrebatado pelo orgulho de sua terra.
(Celso Furtado, 1989).

RESUMO

A região semiárida do Brasil é caracterizada de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica e também pelo aspecto dos solos carentes em matéria orgânica. Desde o período colonial até os dias atuais, o semiárido é visto como uma região com paisagens naturais desoladoras, região pobre e sem nenhuma possibilidade de crescimento seja ele no âmbito econômico ou outro qualquer. No entanto, ao longo dos anos procuraram-se então soluções determinantes para os problemas gerados pelas secas na região Nordeste, buscando então a ascensão do desenvolvimento na respectiva região. Este trabalho monográfico, objetiva, portanto apresentar algumas observações sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) como fonte de instrumento para o desenvolvimento da respectiva região e será dividido em três partes, a saber. A primeira delas apresentará o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) como fonte de discussão dos problemas do semiárido, bem como propostas para a promoção do desenvolvimento econômico buscando colocá-las em prática. Num segundo momento buscar-se-á discutir o conceito de desenvolvimento destacando a problemática da seca na região, bem como as transferências de renda. Numa terceira e última etapa será apresentada uma síntese sobre a perspectiva do desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido. Assim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, estabelecida pela relevância do tema para as ciências sociais e para o contexto em que estamos inseridos, podendo assim disseminar essas observações em abordagens sociológicas na esfera da educação básica. Assim, pode-se constatar que o PDSA foi extremamente importante, tendo em vista que o mesmo foi criado com o intuito de elaborar e concretizar propostas para o desenvolvimento na respectiva região, mas vale destacar que algumas propostas elaboradas pelo plano em parte não se concretizaram e que as transferências de renda predominam como nova forma de desenvolvimento.

Palavras-chave: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA), Semiárido Brasileiro, Desenvolvimento, Convivência com o Semiárido.

ABSTRACT

The semi-arid region of Brazil is characterized generally by climate aridity, water deficit, and also the appearance of poor soils in organic matter. Since the colonial period to the present day, the semi-arid region has been seen as a region with bleak landscapes, poor region, and no growth possibility whether economically or otherwise. However, over the years it has been sought determinant solutions to the problems caused by drought in the Northeast region, seeking the rise of development in this region. The objective of this monograph is to present some observations on the Strategic Plan for Sustainable Development Semi-Arid (PDSA) as a tool for source for the development of the region and will be divided into three parts, namely. The first part will present the Strategic Plan for Sustainable Development of the Semi-Arid-PDSA as a source of discussion for the semi-arid issues and proposals for the promotion of development seeking to put them into practice. Secondly, it will be sought discussing the concept of development highlighting the drought problem in the region, as well as income distribution. A summary of the perspective of sustainable development and coexistence with semiarid conditions will be presented in a third and final stage. Thus, this study deals with an exploratory and descriptive research with qualitative approach and bibliographical and documentary evidence established by the relevance of knowledge about the region and the importance of disseminating the theme "Development in Semi-arid" in sociological approaches in the sphere of basic education. Thus, it can be seen that the development in this region occurred through several phases, where the proposals drawn up by the PDSA in part have not materialized and that income distribution predominates as a new form of development.

Keywords: Strategic Plan for Sustainable Development of the Semi-Arid-PDSA, semiarid, Development, Living with the Semi-Arid.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social nos Estados do Semiárido.....	32
QUADRO 2 – Valor dos benefícios emitidos pela Previdência Social nos Estados do Semiárido.....	33
QUADRO 3 – Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2010.....	34
QUADRO 4 – Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em 2014.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CMD – Conselhos Municipais de Desenvolvimento

CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco

CVSF – Comissão Vale do São Francisco

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas **FNE**
– Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste **GTDN** –
Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste **IFOCS** –
Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MIN – Ministério de Integração Nacional

PIMC – Programa 1 milhão de Cisternas

PAPP – Programa de Apoio ao Produtor Rural do Nordeste

PBF – Programa Bolsa Família

PCPR – Programa de Combata à Pobreza Rural

PDAN – Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

PDN – Plano de Desenvolvimento do Nordeste

PDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar **PNDR** –
Política Nacional de Desenvolvimento Regional **PRONAF** –
Programa Nacional de Agricultura Familiar **SUDENE** –
Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO (PDSA).....	14
2.1	ESTUDOS E PROJETOS SETORIAIS: PROGRAMAS IDEALIZADOS PELA SUDENE NO INÍCIO DE SUA CRIAÇÃO.....	17
2.2	PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	19
2.3	ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO PDSA.....	21
2.4	NOVA REGIÃO SEMIÁRIDA E ÁREAS GEOESTRATÉGICAS.....	23
2.5	OBJETIVOS E COMPROMISSOS DO PDSA.....	23
3	DESENVOLVIMENTO, SECA E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA.....	28
3.1	DESENVOLVIMENTO E SECA.....	28
3.2	CONTRIBUIÇÃO DA SUDENE E SEU RESPECTIVO FRACASSO.....	31
3.3	NOVAS TENDÊNCIAS DE ALTERNATIVAS DO SEMIÁRIDO.....	31
4	CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	36
4.1	CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO.....	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A região semiárida é caracterizada de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica e também pelo aspecto dos solos carentes em matéria viva e orgânica. De acordo com o Ministério da Integração Nacional (MIN), o semiárido possui uma área de 969.589,4 km² que corresponde a quase 90% da área total do Nordeste, incluindo também parte da região de Minas Gerais. Abarca 1.133 municípios e possui uma população com cerca de 23.846.982 de pessoas (BRASIL, 2005b).

Figura 1 - Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro.



Fonte: Museu Interativo do Semiárido.

Desde os tempos mais remotos da história, o semiárido brasileiro é destacado como um lugar com paisagens naturais extremamente desoladas, e sua população é marcada pelo sofrimento causado pelos períodos rigorosos da seca. É um fator muito destacado principalmente por escritores; infelizmente esse discurso ainda se propaga nos dias atuais, especialmente na mídia. Para tanto, ao longo dos anos procuraram-se soluções determinantes para os problemas gerados pelas secas na região Nordeste. Assim, forças igualitárias do Nordeste se uniram empenharam-se em solicitar maior atenção do Governo Federal para a ascensão do desenvolvimento da devida região. Contudo, a busca por tais soluções se tornara complexa, pois sua consolidação depende tanto dos governos quanto do desenvolvimento de todo o aparato social, ou seja, a sociedade precisa entender que a construção de um “novo” semiárido não depende unicamente de iniciativas governamentais, mas também da própria sociedade, só assim haverá mudanças.

Para isso, o Governo Federal criou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-PDSA com o intuito de produzir conhecimento acerca dos acontecimentos existentes na região Nordeste (com ênfase no semiárido) e também com o objetivo de promover o desenvolvimento desta.

Neste sentido, o presente estudo trata de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico e documental. De acordo com Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é importante para a fundamentação teórica de um problema, pois consiste a partir de material já elaborado, constituído, sobretudo de livros e artigos científicos. Por isso, o documento Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e os trabalhos bibliográficos *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*, de Roberto Marinho Alves Silva e *Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino*, de João Policarpo R. de Lima e Leonardo Alves Araújo, auxiliaram sumariamente esta pesquisa.

Sendo assim, a aquisição dos dados referentes ao estudo se deu com apoio de livros, dissertações, artigos, teses, e consultas de base de dados *on-line* que mensuraram o tema do desenvolvimento no Semiárido em seus conteúdos.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) como fonte de discussão para a promoção do desenvolvimento econômico do semiárido brasileiro. Os objetivos específicos propõem-se a destacar as propostas que permanecem no plano e o que há de novo; apontar as transferências

de renda como “nova” forma de desenvolvimento da respectiva região e a perspectiva da convivência com o semiárido e o desenvolvimento sustentável. Respectivamente, esses objetivos correspondem à estrutura do trabalho.

Assim, o capítulo primeiro propõe-se a tecer algumas considerações a respeito da criação e consolidação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido (PDSA), enfatizando os elementos estruturantes do plano os objetivos e estratégias e os compromissos composto no plano, levando em consideração o que permanece no plano e o que tem de novo.

O segundo capítulo destaca o conceito de desenvolvimento de acordo com o economista Celso Furtado, a seca como um dos “problemas” existentes na região do Nordeste Semiárido sendo a mesma considerada um fenômeno natural, a contribuição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para a promoção do desenvolvimento do Nordeste (por meio da industrialização) e as transferências de renda como novas fontes de alternativas de desenvolvimento econômico do semiárido brasileiro. Por fim, o capítulo terceiro ressalta a nova proposta de desenvolvimento que é a convivência com o semiárido e o desenvolvimento sustentável, ambas estão como destaques no PDSA.

2 O SEMIÁRIDO BRASILEIRO E O PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-PDSA

A região semiárida é caracterizada de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica e também pelo aspecto dos solos carentes em matéria. O conceito técnico de Semiárido é decorrente de uma regra da Constituição Brasileira de 1988, mais exatamente do seu Artigo 159, que designou o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Tal regra determina aplicar no Semiárido, 50% dos recursos destinados ao fundo. A Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentando a Constituição Federal define como Semiárido a região implantada na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE¹).

Vale ressaltar que “[...] desde o período colonial até hoje, os relatos e imagens sobre o semiárido brasileiro, em sua maioria, enfatizam paisagens naturais desoladas e o flagelo social da população sertaneja nos períodos da seca” (SILVA, 2007, p.467), características estas que marcaram por muito tempo os escritos de cronistas e literários ao fazer referência a região „das secas”, e de certo modo, ainda são marcas propiciadas pelo discurso midiático dos dias atuais.

Sendo assim, essa região ainda era vista como uma região pobre e sem nenhuma possibilidade de crescimento seja ele no âmbito econômico ou outro qualquer. No entanto, ao longo dos anos procuraram-se então soluções determinantes para os problemas gerados pelas secas na região Nordeste. É importante ressaltar que a busca por tais soluções é complexa, pois sua consolidação depende tanto dos governos quanto do desenvolvimento de todo o aparato social, isto é, a sociedade precisa entender que tais mudanças para a construção de um “novo” semiárido não depende unicamente de iniciativas governamentais, mas também da própria sociedade.

Para isso, surge então o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) que embora seja uma versão para discussão é o primeiro plano exclusivo para tal região. Tal plano foi criado em Dezembro de 2005 na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva como um documento que a princípio produzisse conhecimento acerca

¹ Órgão criado pela Lei nº 3.692, em 15 de dezembro de 1959 como forma de intervenção do Estado na Região Nordeste, com o desígnio de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Verificou-se que mesmo com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro Sul do Brasil; neste sentido, havia a necessidade de uma intervenção direta na região, guiada pelo planejamento, compreendido como o único caminho para o desenvolvimento.

dos acontecimentos existentes na região Nordeste (com ênfase no semiárido) e também com a intenção de promover o desenvolvimento desta.

É válido salientar que muito antes do surgimento desse plano já havia a discussão da problemática vivenciada pelo Nordeste Semiárido, pois a partir de 1950, com a crise socioeconômica na região, forças igualitárias do Nordeste empenharam-se em solicitar maior atenção do Governo Federal para a ascensão do desenvolvimento regional. Por isso surgiu à necessidade da existência do PDSA para discutir tais questões e colocá-las em prática.

É importante destacar que nesse plano encontram-se algumas contribuições de autores e pensadores clássicos como Celso Furtado¹, que cooperou para a formulação desse plano com algumas proposições sobre o documento intitulado como “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, mais precisamente conhecido como o Relatório do GTDN². Vale ressaltar ainda a colaborações de outros pensadores.

O intuito deste é estabelecer uma alternativa de estruturação e ascensão do desenvolvimento dessa região. O mesmo também busca conduzir soluções para os problemas vivenciados por muitos brasileiros que vivem nessa região. Para a maioria da população o nível de desenvolvimento do Semiárido nordestino expressa assim um melhor grau de renda, mas infelizmente esse número continua bem menor que em outras regiões.

Alguns fatores têm contribuído para que a economia das áreas comprometidas pelas secas não tenha condições de estruturar-se a partir de atividades efetivamente sustentáveis, dentre eles encontram-se os fatores históricos e a escassez dos recursos naturais. As atividades desenvolvidas na região em estudo corresponderam durante um amplo espaço de tempo, instituídas em volta dos pilares gado-algodão-lavouras³ alimentares. Tais atividades teve início do século XIX e se desdobrou até o fim dos anos 1970, prevalecendo assim, a pecuária bovina (BRASIL, 2005).

De acordo com Furtado (1967), “a economia do semiárido é determinada como um complexo de pecuária bovina extensiva e agricultura, de maneira que as duas formas econômicas são de baixa rentabilidade”.

Conforme Vidal (2001), a cultura típica do semiárido fundamenta-se principalmente na pecuária extensiva, mas também de outras atividades com o cultivo de algodão. Nesse tipo de economia, a renda monetária recebida pelas classes maiores tende a ser pequena, e, logo,

² Criado em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) foi chefiado por Celso Furtado e tinha como propósito fomentar estudos e diagnósticos que propiciassem o desenvolvimento da devida região, através da industrialização. (SILVA, 2006).

³ A economia da região do semiárido é definida por Celso Furtado como um “complexo de pecuária bovina extensiva e agricultura e do cultivo de xerófilas (em especial o algodão)”.

não acumulável; quando muito, essas classes compartilham em esquema de meação ou parceria, da renda monetária sucedida da comercialização das xerófilas (ex: o algodão). Outra atividade gerada no semiárido foi o cultivo do sisal (agave) produzido principalmente nas terras da Paraíba, do Pernambuco e Bahia.

Para estes autores, esses tipos de atividades econômicas não geravam muito lucro para a população, de modo que se o lucro era mínimo a renda dessa região conseqüentemente era baixa, o que provocou uma crise socioeconômica.

Nesse contexto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) compõe uma opção de estruturação e acesso do desenvolvimento com particularidade nessa região do Nordeste. Trata-se de uma escolha que foi idealizada após várias décadas de discussão sobre as dificuldades ocorridas pelos entraves da natureza. Sendo assim, este plano acolhe atos da política que têm como linha a estruturação de iniciativas inovadoras sobre a base territorial do Semiárido Nordestino. É um plano estratégico que foi criado para articulações distintas de projetos e programas que são designados para o semiárido.

Este capítulo propõe-se a tecer algumas considerações a respeito da criação e consolidação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido-PDSA, enfatizando os elementos estruturantes do plano, os objetivos e estratégias e os compromissos composto no plano, levando em consideração o que permanece no plano e o que tem de novo.

Pode-se notar que as percepções de desenvolvimento formuladas com relação ao Nordeste Semiárido possuem inúmeras variações, que não são muito detalhadas. Sendo assim, o plano destaca as contribuições consideradas mais relevantes. É necessário deixar claro que as contribuições citadas a seguir não querem dizer que são mais importantes que outras todas devem ser destacadas, contudo, são muitas contribuições. (BRASIL, 2005).

A primeira concepção descrita no plano diz respeito à solução hidráulica que possui como especialidade a construção de açudes. Essa particularidade apenas foi colocada em prática depois da seca de 1877-1879 (século XIX) no estado do Ceará, município de Quixadá. As primeiras experiências de irrigação que foram postas na região do Semiárido e que realizou estudos essenciais sobre o Nordeste foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) ⁴.

⁴ Antes foi criado com o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1919 passou a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Posteriormente nos anos 1945 passou a chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) tendo como objetivo executar políticas do Governo Federal, no que diz respeito a beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, entre outros aspectos que sejam pertinentes ao Governo Federal.

A partir dos anos 1900 teve início a criação de uma base técnica para a agricultura na região semiárida, idealizada pelo governo federal. Somente em 1930 ideias como essa foram realizadas a princípio na Paraíba, no município de Souza. É necessário enfatizar que tais empenhos não foram satisfatórios para detonar os estudos na área técnica da agricultura irrigada.

A segunda questão abordada no plano é a estratégia do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) concebido por Celso Furtado criado em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek. “O GTDN considerava que a problemática do Nordeste Semiárido seria solucionada através da reorganização de sua economia”. (BRASIL, 2005, p.22).

Neste caso, seria necessária a promoção de sua reestruturação econômica, introduzindo ou até mesmo somando a produtividade das atividades agropecuárias. Com base nessa discussão, “reorganizada a economia do Semiárido, seria possível reduzir a pressão populacional sobre os escassos recursos naturais disponíveis (especialmente os de solo e água), dois dos problemas centrais desse Semiárido de particularíssimas características” (BRASIL, 2005, p.22).

De acordo com Silvestre (1997), é considerado um dos textos que mais tem inspirado nos últimos 50 anos, os técnicos do planejamento regional, seja com relação à explanação das dificuldades da região Nordeste, ou por suas hipóteses de transformação da realidade dessa região.

2.1 ESTUDOS E PROJETOS SETORIAIS: PROGRAMAS IDEALIZADOS PELA SUDENE NO INÍCIO DE SUA CRIAÇÃO

Como o semiárido nordestino era visto como uma região pobre, defasada, sem nenhuma perspectiva de crescimento coube então a este ter um destaque maior no que diz respeito aos planos de desenvolvimento do Nordeste elaborado pela SUDENE.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 no Governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de elaborar “planos de emergência de seca” para o Nordeste mediante a tática traçada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A princípio o novo órgão obteve sucesso em parte, graças à industrialização. Esses planos constituíam novas políticas governamentais, como “a modernização agrícola, a agricultura irrigada e a especialização na fruticultura para a

exportação” (SILVA, 2007, p. 467), tais políticas são pensadas para modificar os indicadores sociais da região.

Os projetos e programas idealizados por esse órgão para a promoção do desenvolvimento do Nordeste foi desenvolvido especialmente nas áreas comprometidas pelas secas. Tais obras empregadas pela Superintendência centravam-se em programas voltados para o aumento da produção da economia agropecuária das áreas secas, com base na exploração do algodão e da pecuária e também em programas de irrigação.

Nesse contexto, a SUDENE desenvolveu muitos programas baseadas nessas duas facetas. A princípio, destacou o Programa do Algodão onde produziram e divulgaram as inúmeras variedades de algodoeiro, neste sentido, também colocou em ação um Programa de Desenvolvimento da Pecuária e executou os Programas de Reflorestamento e de Estudos de Pesquisas Florestais com o intuito de estudar, analisar ações norteadas para a preservação do meio ambiente. É válido salientar que tais programas foram importantes para a promoção do desenvolvimento no semiárido.

Esses planos estabeleciam as formas de auxílio direto às populações que eram comprometidas pelas secas, ressaltando então a geração de empregos, por meio da construção de obras públicas, bem como do fornecimento de gêneros alimentícios e da assistência sanitária.

É importante destacar que os planos referentes à emergência de seca foram idealizados na expectativa de que sua implementação poderia sim tornar-se desnecessário, na medida em que o período que este fosse elaborado, no ano seguinte não houvesse seca. Pode-se dizer que os governos e a população em geral ficavam na torcida, isto é, na esperança de que ocorressem as chuvas na região impedindo que a seca não permanecesse mais.

Os planos de emergência de seca passaram por diversas modificações no andamento de sua implementação. A princípio, sua efetivação foi realizada através da instalação de Frentes de Serviços, onde esta condição permaneceu até meados de 1976 quando a seca permanecia. Nessa instalação eram administradas as obras estabelecidas com a participação da força de trabalho desempregada.

Depois dos Frentes de Serviços, a população que não possuíam condições de trabalhar devido a seca passou a ser acolhida nas Frentes de Trabalho. Essa nova forma de atender o povo foi criada exclusivamente para as pessoas que permaneciam no interior das propriedades rurais. Isso ocorreu até o ano de 1986, mas no início de 1987 com outra seca, os planos de emergência de seca foram realizados de acordo com o recurso à instalação de Frentes

Produtivas de Trabalho, foi uma maneira que permaneceu entre as secas dos respectivos anos, 1998- 2000.

É válido destacar que os governos estaduais contribuíram para que tais planos fossem concretizados, mas sua participação maior foi na seca de 1970. No que diz respeito à produção, os planos incentivavam o desenvolvimento das atividades voltadas à agricultura, a pecuária e as técnicas de irrigação, com o intuito de conter o alto número de migração da população para às cidades (DEMO, 1991 *apud* BRASIL, 2005, p. 24).

Cabe mencionar, que as secas perpetuaram-se também na década de 90, principalmente nos anos de 1993 e 1998, e no ano de 2001 seus efeitos provocaram novas mudanças na efetivação de programas de emergência de seca. Essas mudanças estão relacionadas ao novo método que o governo criou para atender as populações alcançadas pelas secas, a Bolsa Renda. Esse tipo de ajuda foi encerrado em fevereiro do ano seguinte. Esse novo método, foi alvo de muitas críticas, pois a população rural enfatizou que o novo benefício era ineficaz devido o valor pago a cada família e também pela quantidade de pessoas que eram atendidas por esse benefício (BRASIL,2005).

Outra questão que dificultou ainda mais a população que sofria com a seca foi de que a SUDENE atuava com ineficiência, sendo assim, o atendimento das questões referentes à emergência de seca foi transferido em parte para o Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA (BRASIL, 2005).

Pode-se notar que alguns dos planos e programas de emergência de seca foram bastante significativos, no entanto outras mudanças realizadas pelo governo não foram bem sucedidas, tanto no que diz respeito a solução da problemática da população do Nordeste, especificamente o semiárido quanto a própria visão que as pessoas tiveram com relação ao último plano idealizado pelo governo.

2.2 PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Governo Federal também criou os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional que foram idealizadas pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no período de 1970. Nesse contexto, têm-se alguns programas como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polo Nordeste); o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo); e do Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste-(PDAN).

Vale destacar que a compreensão e a prática desses Programas Especiais foram geradas por meio dos estudos socioeconômicos bem como dos recursos naturais, que foram concretizados pela SUDENE e também pela colaboração de algumas instituições como o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais-IJNPS, o DNOCS, o Banco do Nordeste-BNB e a Comissão Vale do São Francisco-CVSF. Porém com mais anos de seca (1979-1983) a população que trabalhava na área rural continuaram sofrendo com a problemática da seca no semiárido e conseqüentemente, com a pobreza. No entanto, esses fatores convieram para reforçar a tarefa de que seria indispensável reexaminar a estratégia que o governo estava propondo para a região. Com isso, houve a necessidade de avaliar tais programas, idealizando através de seus resultados uma inovação da estratégia de desenvolvimento para a Região (BRASIL, 2005).

Ao avaliar esses programas especiais, surge então uma nova estratégia voltada para o desenvolvimento rural por meio da preparação do Projeto Nordeste. O programa fundamental de tal projeto refere-se ao Programa de Apoio ao Produtor Rural do Nordeste (PAPP), que foi acatado em abril de 1985. Esse projeto foi idealizado para atender aos pequenos produtores, com base nisso, procurava-se instituir condições para a família de cada produtor pudesse sustentar-se economicamente por seu próprio trabalho, e, ao mesmo tempo, proporcionar a estes o acesso a categorias básicas que os mesmos devem ter como saúde, educação e saneamento.

Como embasamento dessa estratégia, o governo federal, em parceria com os governos estaduais e os indivíduos beneficiados, idealizaria e executaria os seguintes programas: o PAPP; o Programa de Desenvolvimento de Pequenos Negócios Não-Agrícolas; o Programa de Irrigação do Nordeste; o Programa de Ações de Saúde no Nordeste Rural; o Programa de Educação no Meio Rural do Nordeste; e o Programa de Saneamento Básico no Meio Rural. Os recursos financeiros para o PAPP decorriam em grande parte do Banco Mundial, em avaliações feitas pela SUDENE com relação ao PAPP pôde-se notar que a aplicação dos recursos de crédito rural não era feita de maneira adequada, pois os créditos só chegavam às pessoas que possuíam melhores condições de vida, ou seja, aos grandes produtores (BRASIL, 2005).

O Programa de Combate à Pobreza Rural-PCPR foi criado para substituir o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) entre os anos de 1975-1985, estando assim agregada a nova estratégia de atuação do Banco Mundial no Nordeste. Trata-se de uma reformulação da estratégia anterior de desenvolvimento rural integrado, para isso a União e o

Banco Nacional consolidaram um acordo de empréstimos para a efetivação de projetos de âmbito regional em cada um dos estados do Nordeste, desde o período de 1975. Esses empréstimos são destinados às pessoas mais carentes da Região e foi um pacto firmado com os governos dos estados do Nordeste. Através desses empréstimos, são praticados alguns investimentos de pequeno porte em comunidades rurais e urbanas que possuam 7.500 habitantes (BRASIL, 2005).

Esse programa tem como principal finalidade de colaborar para a redução da pobreza rural e suas implicações. Vale destacar que o Programa não tem metas para a Região, mesmo sendo executado no local de cada estado do Nordeste. Suas metas são sempre citadas aos estados ou a sub-regiões em seu interior.

Como já foi ressaltado anteriormente, os recursos movimentados têm como financiadores o Banco Mundial, os estados que correspondem em contrapartida e as comunidades que também ajudam em equivalência de até 10% do valor dos projetos.

A coordenação do PCPR é concretizada pela mediação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural-CDR, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento-CMD e de organizações governamental e não governamental onde atuam tomando várias decisões, nos respectivos níveis: Nacional, estadual, municipal, comunitário e até mesmo internacional.

É indispensável enfatizar que a pobreza refere-se a um problema social causada por fatores atrelados ao ambiente sócio-político e estruturais que envolvem e marcam os indivíduos. Desse modo, esse problema precisa ser encarado por políticas que gerem mudanças estruturais no ambiente e que capacitem os indivíduos. Portanto, o Programa de Combate à Pobreza Rural contribui para que os trabalhadores rurais viabilizem o empreendedorismo promovendo assim uma melhoria na condição de vida da população do semiárido.

2.3 ELEMENTOS ESTRUTURANTES DO PDSA

Como elementos estruturantes desse plano tem-se primeiramente a integração de clima e solo. Dizem-se elementos de difícil compreensão e interação porque tanto os elementos naturais (semiaridez e seca) quanto à ação do homem juntas provocam a degradação ambiental, que estando no extremo pode então agravar a situação levando à desertificação.

O segundo elemento que estrutura o plano é a mobilização dos recursos hídricos que por sua vez foi constituído por uma ação do Estado. Essa mobilização está atrelada ao

aproveitamento de tais recursos em estado de semiaridez. A princípio, essa mobilização teve ação imediata de armazenamento de água em açudes, mais adiante houve outros elementos como o estímulo da agricultura irrigada, reorganização da infraestrutura hídrica e o desenvolvimento de estratégia de convivência entre natureza humana e seca (BRASIL, 2005).

Como terceiro elemento tem-se o enfoque territorial do planejamento regional que está centrado na regionalização dos espaços diferenciados do semiárido, levando em consideração a articulação dessa região com as demais regiões do país.

É relevante destacar que o PDSA é uma ferramenta fundamental para o apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, que tem por meta reverter às desigualdades intensas relacionadas ao nível de vida de cada indivíduo bem como as chances de desenvolvimento entre regiões. Desse modo, pode-se dizer que o plano tem novas ações, iniciativas sobre o Semiárido; por isso, é relevante destacar que tais ações contam com o empenho, a participação das forças governamentais e da própria sociedade.

O componente institucional essencial do PDSA diz respeito ao Ministério da Integração Nacional, que tem como propósito base conduzir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR. No que se refere às novas percepções do desenvolvimento regional pode-se notar que a reestruturação do capitalismo, é a causa essencial das transformações que toma as regiões como item do desenvolvimento e do planejamento (BRASIL, 2005).

As exclusividades da nova economia regional estão atreladas às transformações de modelo da política regional, isto é, de acordo com a maneira que essas políticas são efetuadas. Sendo assim tais mudanças referem-se às características, a estrutura, a organização bem como ao método de avaliação da política.

Essas alterações estão relacionadas ao modo de desenvolvimento, bem como o modo de planejar e da intervenção governamental, no que diz respeito ao acordo com as regiões. Se os novos termos do planejamento e do desenvolvimento da respectiva região estão formados, faz necessário então focar tais termos empregando-os a circunstância da região semiárida, com a intenção de fazer valer os aspectos teóricos e metodológicos da Estratégia do PDSA com os aspectos da realidade da região.

2.4 NOVA REGIÃO DO SEMIÁRIDO E ÁREAS GEOESTRATÉGICAS

A nova região do semiárido brasileiro está fundamentada nos desígnios da PNDR. Essa “nova” região foi criada pela portaria Interministerial nº 06, de 29 de março de 2004 pelos Ministros da Integração Nacional e do Meio Ambiente, e foi demarcada por meio do Grupo de Trabalho Interministerial para a Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas.

Dessa maneira, tal grupo analisou e redefiniu os limites dessa nova região de acordo com os respectivos critérios: a) Limites da isoietta de 800 mm (municípios com precipitação média anual igual ou inferior a 800 mm); b) Índice de aridez (municípios com índice situado entre os limites de 0,21 a 0,50); e c) Déficit hídrico (municípios com déficits hídricos diários iguais ou superiores a 60%) (BRASIL, 2005, p. 59). O respectivo relatório elaborado por esse grupo foi aprovado em 10 de março de 2005, pela Portaria Interministerial nº 001.

Com relação às áreas geoestratégicas na Região Nordeste, o Semiárido foi subdividido em três unidades: o Sertão Norte, a Ribeira do São Francisco e o Sertão Sul. Tais unidades foram chamadas de Áreas Geoestratégicas do Desenvolvimento, pois se trata de uma nova compreensão logística que inclui não somente a consolidação das redes estruturantes do espaço como as de transporte, energia e telecomunicações, mas principalmente a de um sistema capaz de garantir água às cidades, que no decorrer das últimas décadas passaram a se constituir em focos de transformação da economia sertaneja (CARVALHO; EGLER, 2003 *apud* BRASIL, 2005, p. 60).

2.5 OBJETIVOS E COMPROMISSOS DO PDSA

Os objetivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido surgem por meio das grandes questões e problemas avançados no Semiárido, bem como do contexto institucional que regulariza a implementação do Plano. Nesse contexto, a finalidade geral do PDSA é o “crescimento econômico da região com ênfase na sustentabilidade”, com o acesso da inclusão social bem como da redução das desigualdades entre o Nordeste Semiárido e o restante do país.

Para a composição da Estratégia foram empregadas as seguintes camadas: "Leitura" que se tratou resultado da identificação e distinção da circunstância atual e também do progresso histórico de determinados aspectos socioeconômicos ou até mesmo aspectos

ambientais da região. Os "Diálogos" que enfatizam a afinidade que o PDSA estabelece com as políticas e projetos destinados ao Semiárido idealizados pelos governos federal, estadual e municipal. Os "Eixos" são classes construídas no processo de planejamento regional, por meio dos elementos do mundo real, com o intuito de orientar o sentido dos vetores do Plano. Os "Vetores" dizem respeito a categorias que são inovadoras, porém extensas que abarcam e organizam as ações da estratégia. Nos vetores, estão inclusos os investimentos em infraestrutura, atividades rurbanas e atividades produtivas de escala diferenciada. As "Apostas" são obras inovadoras que são agregadas a empreendimentos de grande porte sejam elas de iniciativa federal, estadual, municipal ou da sociedade civil territorialmente identificada com o Semiárido. Já os "Compromissos" são ações destinadas a garantir a inteireza do desenvolvimento. (BRASIL, 2005).

Destaca-se que de acordo com o próprio Brasil (2005), a leitura concretizada sobre o Semiárido evidencia muita fragilidade, tanto na área social quanto ambiental.

Diante de todas essas colocações, é de suma importância salientar que o papel que o Estado desempenha no Nordeste, especificamente na região semiárida deve ir mais adiante ao que diz respeito ao apoio aos estudos sobre projetos estruturantes de médio ou até mesmo um tamanho maior. Isso significa dizer que as iniciativas de menor porte também devem ser inclusas, ou seja, ferramentas de apoio a pequenas empresas devem ser fortalecidos no intuito de aumentar seus fins sobre o desenvolvimento em alicerces tanto locais quanto sub-regionais. Neste mesmo contexto, estão inclusos também o fortalecimento a agricultura familiar (atividades agrícolas vinculadas a atividades urbanas) fortalecendo e enriquecendo os interesses rurbanos.

Uma das questões preocupantes e desafiadoras da região semiárida é a constituição de uma agenda que de certa maneira seja transformadora para poder refletir no restabelecimento de investimento para a região.

É importante salientar que a questão do desenvolvimento regional diz respeito a um trabalho difícil, pois se remete a uma tarefa que não pode ser efetuada com rapidez, mas sim em longo prazo. Nesse sentido, o mesmo está sujeito a riscos, pois que precisam ser tomados como elementos subentendidos na avaliação do projeto, levando em consideração que as modificações de paradigma do sistema econômico não estão sob domínio da região.

Dessa maneira, fica claro que planejamento se faz sob a percepção de região como espaço acessível. Diante disso, é imprescindível requerer um concerto para tal situação. Em primeiro plano, o concerto das concepções com os instrumentos de desenvolvimento regional, e, em segundo lugar, o dos instrumentos uns com os outros, no momento mesmo da execução,

de forma que as distintas frentes de ação, quais sejam, as de governo, da sociedade civil e do empresariado possam confluir para objetivos complementares.

Para que essas ações tenham bom curso e se apropriem da sinergia que emerge desse conjunto complexo, faz-se necessária a concertação estratégica das diferentes iniciativas.

É de suma importância salientar que uma novidade existente no plano refere-se aos compromissos. Estes são categorias determinadas como iniciativas designadas para garantir a efetivação completa do desenvolvimento. Há, no entanto, dois grupos de compromissos destacados pela estratégia do PDSA, o compromisso com a sustentabilidade e com a cidadania.

De acordo com (SILVA, 2006), a sustentabilidade do desenvolvimento tem por base a modificação das relações entre as pessoas e a natureza, buscando a harmonia entre o bem estar do ser humano e o meio ambiente, fruto de uma consciência ecológica. Sendo assim, procuram-se escolhas que permitam atender, de modo adequado, as necessidades da população sem comprometer o bem estar das futuras gerações. No que diz respeito à sustentabilidade os compromissos do plano são: a convivência com a semiáridade; o manejo controlado dos recursos naturais e melhora da eficiência do uso dos recursos naturais.

A convivência com a semiáridade compõe um dos pressupostos fundamentais da estratégia. Trata-se de um processo que rompe com a percepção de luta contra os entraves da natureza, ou seja, trata-se de uma “rejeição” no que diz respeito ao combate contra as secas em benefício da procura de oportunidades existentes nessa região, levando em consideração um conjunto de potencialidades para o seu desenvolvimento.

Nesse contexto, as mudanças ocorridas no Semiárido nordestino equivalem a um novo modelo de sustentabilidade, onde torna possível estabelecer ou resgatar relações de convivência. Destarte, percebe-se então que com as mudanças nas percepções e expectativas no Semiárido surge então o fator da convivência, tendo como propósito basilar a sustentabilidade ambiental bem como a qualidade de vida da população que vive nessa região.

O manejo controlado dos recursos naturais está relacionado à conservação, preservação e recuperação do meio ambiente. Tanto no Semiárido como em todo o Bioma Caatinga em especial prepondera espécies vegetais peculiares da Caatinga. Desse modo, é importante considerar que esta corresponde a uma das regiões mais transformadas pelas atividades do homem.

É necessário ressaltar que esses espaços possuem cerca de 56% da superfície total da região e que infelizmente, as Unidades de Conservação de uso restrito nas quais se exercita

atos de preservação, envolvam somente 1% da região da Caatinga. Além desses conflitos que se refere ao tipo de ocupação, há também as alterações bruscas das enchentes e das secas, que infelizmente reduzem as disponibilidades de recursos naturais.

Para modificar essa situação lamentável, faz-se necessário que esse compromisso com a sustentabilidade entre em cena para envolver iniciativas de escalas territoriais distintas, que estejam relacionadas às seguintes esferas de atuação: recuperação de áreas degradadas ou que estejam em processo de desertificação; educação ambiental; manejo florestal da Caatinga; margens de rios; e manejo adequado de espaços que sofrem influência direta e indireta de empreendimentos de exploração mineral.

No que diz respeito ao segundo compromisso do Plano, no que se refere à cidadania destacam-se: a Seguridade social; a Educação; e a Inclusão Social. O compromisso com a seguridade expressa uma finalidade tripla, onde o propósito basilar desse compromisso é de caráter constitucional. Tal desígnio é adequado e aplicável para todo e qualquer cidadão brasileiro, seja ele de classe rica ou pobre, o mesmo deve ser atendido com serviços de saúde, previdência e assistência social. Esses serviços oferecidos pelo governo, em especial o Estado, representa um crescimento na renda familiar (através de transferências diretas) obtendo assim uma melhora nas condições de vida da população.

No que se refere a inclusão social, a mesma encontra-se guiada pela finalidade de fortalecer o exercício da cidadania e assegurar os direitos humanos (políticos, sociais e civis) dos indivíduos. Nesse contexto, estima-se a disparidade das expressões culturais, entre outros.

É importante enfatizar que promover o desenvolvimento da região do semiárido é um grande desafio das instituições públicas (federais, estaduais ou municipais), pois é necessário que haja uma vontade e disposição destes que representam o povo para que ocorra planejamento, implementação e a gestão de medidas que sejam ou estejam destinadas a melhorar a situação da população que vive no semiárido nordestino. Embora essas instituições estejam um pouco fragilizadas, reconhecesse haver um anseio por meio do Poder Executivo Federal para formular Um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido para poder tratar dos problemas institucionais distinguidos no próprio plano. Nesse contexto, está incluído também a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, que norteia as ações de planejamento e desenvolvimento regional no país.

É necessário deixar em evidência que o desenvolvimento dessa região não diz respeito apenas às instituições de governos, mas também das instituições privadas ou até mesmo de instituições não governamentais bem como de nós cidadãos que vivemos nessa

região. Sendo assim, o esforço de todos é essencial para a promoção do desenvolvimento regional.

Como já foi mencionado anteriormente, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido surge através das grandes questões e problemas identificados e avançados no Semiárido. Neste sentido, o intuito geral do PDSA é o “crescimento econômico da região com ênfase na sustentabilidade”, com o acesso da inclusão social bem como da redução das desigualdades entre o Nordeste Semiárido e o restante do país.

Diante de todas as propostas enfatizadas no plano desde os objetivos, categorias, os elementos que estruturam o plano e outras iniciativas pode-se destacar que alguns dos planos criados para a promoção do desenvolvimento no Semiárido não prevaleceram, pois não obtiveram melhor êxito com relação a proposta do PDSA, em muitos deles ocorreram várias mudanças. Assim, o plano foi criado e organizado estruturalmente com vários desígnios para melhorar o semiárido, contudo, lamentavelmente existiu apenas teoricamente, pois não houve de fato êxito no que se refere ao desempenho do aparato governamental. Mesmo com essa falha, houve em parte, a idealização de alguns projetos que a princípio foram colocados em prática, mas, acabaram sendo extintos. Como exemplo desses projetos tem-se a instalação de Frentes de Serviços, Frentes de Trabalho, Frentes Produtivas de Trabalho (este último foi criado para incentivar o desenvolvimento de atividades designadas para a agricultura, pecuária e irrigação), o Bolsa Renda (designada para a população da zona rural).

Vale destacar que os programas que foram idealizados e que permaneceram por mais tempo foram os da SUDENE que são: o Programa de Apoio ao Produtor Rural (PAPP) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PIN).

O que há de novo de programas que leva em consideração o desenvolvimento do semiárido tem-se a existência de algumas ações voltadas para o meio rural que posteriormente serão abordadas nos próximos capítulos.

3 DESENVOLVIMENTO, SECA E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA

Neste segundo capítulo serão abordadas algumas considerações a respeito da questão do desenvolvimento, discorrendo um pouco sobre o conceito deste. Será enfatizando também a problemática da seca na região do Nordeste Semiárido, ressaltando que de acordo com diversos estudos, mesmo que ocorra o desenvolvimento nesta devida região, o fator da seca sempre irá prevalecer, pois se trata de um fator da natureza.

Também será discutido a contribuição da SUDENE para a promoção do desenvolvimento no Semiárido, bem como as transferências de renda que em parte, tem sido uma “nova” forma de “desenvolvimento” na respectiva região. Para tanto, tomaremos como referencial teórico as abordagens histórico/sociológicas de Celso Furtado no que tange aos fenômenos (seca e SUDENE) mencionados e Leonardo Alves Araújo e João Policarpo R. Lima no que diz respeito as transferências de renda.

3.1 DESENVOLVIMENTO E SECA

Ao tratar de desenvolvimento, é essencial buscar entender o que significa esse termo e como ele é medido. Nesse contexto pode-se dizer que o desenvolvimento visa compreender as causas e a razão de alguns países ou de determinadas regiões que não conseguem um crescimento apoiado de sua renda. Sendo assim, Furtado (1992) afirma que “o estudo do desenvolvimento nada mais é que conhecer os motivos do atraso de países ou regiões no processo de industrialização”.

Desse modo, significa dizer que conhecer a razão do atraso de determinado local (país, região ou cidade) torna-se imprescindível, pois só assim poderá buscar soluções para que ocorra de fato o crescimento desse “local” em várias instâncias, inclusive na industrialização.

Vale ressaltar que o desenvolvimento é avaliado para descrever o processo de transformação que determinado país ou região encontra-se, seja ela de nível econômico, social ou político e que os motivos do próprio desenvolvimento é visto como uma necessidade do indivíduo bem como da sociedade em geral.

Já nas ciências sociais, como é não o caso da Economia, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (BARACHO; FAUVRELE, *apud* FURTADO, 1981).

Antes de debruçar-nos mais sobre a questão do desenvolvimento é importante destacar aqui um fenômeno que persiste na Região Nordeste bem como no Semiárido, “a seca”. O Nordeste brasileiro em especial o semiárido tem atravessado nos últimos anos a mais prolongada e arrasadora de todas as secas, episódio que, tem agravado a vida social e econômica de muitos nordestinos, modificando assim todo o local de suas plantações, seus rebanhos e suas produções agrícolas.

Nesse contexto, a seca, trata-se de um fenômeno climático provocado pela estiagem das chuvas, isto é, pelo baixo índice pluviométrico que ocorre em virtude da rápida evaporação das águas ainda contidas nas nuvens. De acordo com Silva (2006), no Nordeste chove cerca de 268 a 800 mm por ano, contudo, por se tratar de uma região com temperatura elevada, relevo acidentado e solos rasos e pedregosos a absorção da água da chuva torna-se extremamente reduzida, e em períodos de longa estiagem resulta na seca.

Para compreender de maneira mais sólida os impactos ocasionados pelas secas é necessário antes analisarmos sobre o contexto regional e social onde seus fins se estendem com maior amplitude, isto é, sobre o Semiárido Brasileiro.

De acordo com o Projeto de Lei nº 5511 de 2013 de autoria da Deputada Gorete Pereira, a área considerada como semiárido foi definida pelo art.5º da Lei Complementar nº 125, de 2007, estabelecendo que:

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos entende-se por: IV - semiárido, a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida em portaria daquela Autarquia.

Essa nova definição teve como justificativa o fato da inclusão de novos municípios no semiárido. Sendo assim, foram enumerados alguns critérios que determinada região seja considerada semiárido. Tais critérios destacam-se em:

- precipitação pluvial média anual inferior a 800 mm,
- índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

É necessário salientar que além da inclusão de novos municípios na região o que difere essa nova lei com relação a anterior é que, antes o semiárido era definido com precipitação pluviométrica média anual inferior a 1100 milímetros (isoieta de 1100 mm), mas a nova

proposta da lei está relacionada ao critério da precipitação pluvial, sendo este menos rigoroso, passando a ter então a média anual inferior de 800 mm.

De acordo com Campos e Studart (1994, p.3), o conceito de seca está intensamente relacionado ao ponto de vista do observador.

Mesmo que a principal causa da seca seja pela insuficiência ou irregularidade das precipitações pluviais, os autores afirmam que existe uma sequência de causas e efeitos na qual o efeito mais próximo de uma seca torna-se a causa de outro efeito e esse efeito passa a ser denominado também de *seca*.

Dessa maneira são citadas algumas definições de tal termo, porém citaremos aqui apenas uma definição, a seca edáfica que são:

[...] as causas básicas a insuficiência ou distribuição irregular das chuvas e pode ser identificada como uma deficiência da umidade, em termos do sistema radicular das plantas, que resulta em considerável redução da produção agrícola. Esse tipo de seca, associado à agricultura de sequeiro, é a que maiores impactos causa no Nordeste Semiárido. Os efeitos são conhecidos: severas perdas econômicas e grandes transtornos sociais como fome, migração e desagregação familiar. É a seca social (CAMPOS; STUDART, 1994, p. 3).

Como já foi explícito no capítulo anterior, de acordo com o historiador Joaquim Alves (1982), a ocorrência das primeiras secas no nordeste remetem-se ao período da colonização portuguesa, ou seja, entre finais do século XVI e início do século XVII, na tentativa de traçar e dividir o território recém colonizado em Capitânicas Hereditárias.

A partir da segunda metade do século XIX, período este em que a economia nacional atravessava uma rigorosa crise, surge alguns estudos científicos mais apurados sobre as causas estruturais bem como as sequelas da miséria no semiárido. É por meio de tais estudos que surgem novos paradigmas sobre a relação entre homem e semiárido. Trata-se da troca do termo “combate à seca” por “convivência com a seca”, pois se tornara redundante referir-se ao combate a um episódio, em primeira instância, climático (SILVA, 2007). Discutiremos essa questão da “convivência” no próximo capítulo.

3.2 CONTRIBUIÇÃO DA SUDENE E SEU RESPECTIVO FRACASSO

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959 no Governo de Juscelino Kubitschek, com o objetivo de transformar o nordeste mediante a tática traçada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A princípio o novo órgão obteve sucesso em parte, graças à industrialização.

De acordo com o GTDN além da industrialização o relatório buscava diretrizes mais peculiares, como: a transformação da economia agrícola da faixa úmida, com a produção de alimentos para os centros urbanos onde o processo industrial se intensificará, e da economia das zonas semiáridas, com elevação da produtividade e resistência às secas. (LIMA, 2014, p.10)

Nesse contexto, a SUDENE deveria operar de forma a tornar mais independente o Estado no Nordeste, o que causou intensa oposição das oligarquias agrárias da região. No entanto, com sua atuação em Março de 1960, novas políticas governamentais, como “a modernização agrícola, a agricultura irrigada e a especialização na fruticultura para a exportação” (SILVA, 2007, p. 467), são pensadas para modificar os indicadores sociais da região.

Posteriormente com o Golpe Militar em 1964, a SUDENE perdeu sua autonomia no que diz respeito ao planejamento regional ficando submetida à estratégia idealizada pelos militares onde vieram os programas à política de integração nacional. Mesmo enfraquecida, surge o primeiro Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN) em 1986 já no Governo de José Sarney, mas foi extinta em 2001 sendo substituída por outra agência e recriada em 2007, mas sem a força que possuía anteriormente. Mais tarde, o Banco do Nordeste ficou responsável no que se refere ao desenvolvimento regional, administrando assim o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) (LIMA, 2014).

3.3 NOVAS TENDÊNCIAS DE ALTERNATIVAS NO DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

O Nordeste bem como o semiárido transformou-se tanto no aspecto demográfico quanto no aspecto econômico e social. Nos últimos anos, constatou-se um processo de modernização e transformação no que diz respeito ao desenvolvimento da região semiárida.

Essas novas mudanças encontram-se atreladas ao aumento significativo de transferências de renda direta para a região, devido o acréscimo de novos municípios e, por conseguinte, o aumento do emprego público e a regulamentação das aposentadorias rurais designadas pela Constituição Federal de 1988.

Vale destacar que segundo Araújo e Lima (2005) essas mudanças ocorreram no início dos anos 1980 e, posteriormente no final de 1990 tais transferências tiveram uma nova ampliação com a criação de programas de transferências de renda direta que atualmente estão incorporados no Programa Bolsa Família (PBF). Sendo assim abordaremos respectivamente duas vias que se destacam como transferências de renda direta e que atualmente contribuem para o crescimento e desenvolvimento da região semiárida: as aposentadorias e o benefício do Programa Bolsa Família.

No que se referem às aposentadorias, os beneficiários são agentes indispensáveis no que diz respeito à economia, pois segundo Araújo e Lima (2005, p.59) “a definição macroeconômica de aposentadoria seria o período que o indivíduo que parou de trabalhar passa a gastar o que poupou durante sua vida produtiva”.

Falar de aposentadoria não se trata de agentes ou indivíduos formadores de uma economia “sem produção”, pois afinal há a compensação dos beneficiários, por conseguinte, não é algo que está relacionado a um benefício assistencialista. Portanto, trata-se de uma relevante fonte de renda que mesmo “a maioria dos beneficiados da região possivelmente nunca contribuiu para a Previdência Social, o que caracteriza uma transferência de renda sem contrapartidas” (Araújo e Lima, 2005).

Nos respectivos quadros 1 e 2 encontra-se a quantidade de benefícios as transferências de recursos pela Previdência Social nas Unidades de Federação, que correspondem a região do semiárido, referentes aos anos de 2010 e 2014.

Quadro 1 – Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social

U.F	Quantidade de benefícios	
	2010	2014
PIAUÍ	473.013	568.043
CEARÁ	1.234.622	1.423.546
RIO G. NORTE	479.199	540.616
PARAÍBA	613.903	693.200
PERNAMBUCO	1.315.251	1.458.757

Quadro 1 – Quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social*Continuação*

ALAGOAS	434.982	494.058
SERGIPE	269.537	319.028
BAHIA	2.001.684	2.282.454
MINAS GERAIS	3.193.555	3.668.306

Fonte: SINTESE/DATAPREV

Pode-se notar que o estado de Minas Gerais⁵ corresponde ao maior número de benefícios emitidos pela previdência social entre os anos de 2010 e 2014; já o estado de Sergipe detém o menor número de benefícios.

Quadro 2 – Valor dos benefícios emitidos pela Previdência Social

U.F	Valor do benefício em R\$	
	2010	2014
PIAUI	3.028.390.985	5.079.553.676
CEARA	8.360.545.635	13.371.911.417
RIO G. NORTE	3.263.284.590	5.110.794.417
PARAIBA	4.099.901.484	6.453.278.446
PERNAMBUCO	9.632.404.960	14.706.008.453
ALAGOAS	2.974.758.656	4.765.997.954
SERGIPE	1.950.876.614	3.118.984.514
BAHIA	14.624.213.835	22.653.006.949
MINAS GERAIS	26.511.631.836	41.439.059.682

Fonte: <http://www.previdencia.gov.br>

⁵ Vale destacar que apenas parte do Estado de Minas Gerais corresponde à região do semiárido brasileiro. Assim, o número de benefício emitido pela previdência social diz respeito apenas ao semiárido.

Com relação aos valores distribuídos pela previdência em cada estado do semiárido verificou-se que, todos eles tiveram um aumento significativo comparando os respectivos anos.

Desde o período do governo de Fernando Henrique Cardoso o combate de desigualdade social no Brasil vem sendo um dos focos principais no governo. Nesse contexto, foram criadas e colocadas em ação várias políticas públicas de caráter distributivas de transferência de renda, entre elas estão, Auxílio Gás, o Bolsa Escola, e o cartão Alimentação. Após o governo FHC, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva no ano de 2003 foi sugerido o Programa Bolsa Família⁶, onde o mesmo (programa) é a unificação dos programas de distributivos designados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (MDS, 2013).

O objetivo deste programa era amenizar a condição de pobreza das famílias. Trata-se de um programa universal direcionado a população com renda *per capita* mensal média inferior à R\$ 140. A família que se enquadra neste critério pode receber um benefício entre R\$ 32 a R\$ 242 por mês (BRASIL, 2011).

Observa-se na tabela a seguir as transferências de recurso por ação do Governo Federal – número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, em 2010, 2014.

Quadro 3 - Número de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, em 2010.

U.F	Nº de famílias beneficiadas	Valor total das transferências do PBF (R\$)
PIAUÍ	420.392	494.678.237,00
CEARÁ	1.022.259	1.174.401.644,00
RIO G. NORTE	338.424	383.736.583,00
PARAÍBA	450.525	529.979.555,00
PERNAMBUCO	1.045.268	1.216.004.851,00
ALAGOAS	414.112	482.955.041,00
SERGIPE	230.418	272.641.222,00
BAHIA	1.662.069	1.938.969.367,00
M. GERAIS	1.135.715	1.189.570.569,00

Fonte: <http://www.aplicacoes.gov.br>

⁶ É importante destacar que tal programa não é exclusivamente voltado para a região do Semiárido, nem tampouco para a Região Nordeste, mas trata-se de uma política pensada a nível nacional.

Quadro 4 – Número de famílias beneficiárias pelo Programa Bolsa Família, em 2014

U. F	Quantidade de famílias beneficiadas	Valor total repassado pelo PBF, em (R\$)
PIAUI	456.811	989.951.719,00
CEARA	1.089.813	2.119.762.800,00
RIO G. NORTE	362.805	693.426.312,00
PARAIBA	524.967	1.061.078.037,00
PERNAMBUCO	1.150.879	2.170.581.340,00
ALAGOAS	439.655	871.525.795,00
SERGIPE	281.231	515.793.542,00
BAHIA	1.808.376	3.521.265.723,00
MINAS GERAIS	1.143.020	2.086.248.180,00

Fonte: <http://www.aplicacoes.gov.br>

Pode-se notar nos quadros 3 e 4 que no ano de 2010 para 2014 o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família tiveram um aumento expressivo tanto no que se refere ao número de pessoas beneficiadas, quanto aos valores emitidos pelo programa para cada estado.

Faz-se necessário destacar que a renda do Programa Bolsa Família não faz com que o indivíduo cresça socialmente, apenas garante um pouco de segurança alimentar para seus beneficiários. Não promove grandes transformações na estrutura social da região, sendo seu benefício mais provavelmente uma complementação da renda dos trabalhadores informais da região (RAMOS, 2014).

Diante de tantas propostas e indagações para implantar o desenvolvimento na Região do Semiárido nordestino pôde-se perceber que, as políticas de desenvolvimento para esta região a priori foram introduzidas com sucesso, mas posteriormente não foi forte o bastante para consolidarem-se efetivamente. Isso pelo fato de que nessa região as transferências de renda acabam prevalecendo, principalmente no que diz respeito às aposentadorias e beneficiados de programas do Governo Federal (a exemplo, o Programa Bolsa Família).

4 CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

A região semiárida é caracterizada de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica e também pelo aspecto dos solos carentes em matéria. Nesse contexto, o semiárido era visto como uma região desprovida de crescimento seja ele econômico social ou outro qualquer. Para isso, faz-se necessário desmistificar essa visão que infelizmente, ainda prevalece.

No entanto, ao longo dos anos procuraram-se então soluções determinantes para os problemas gerados pelas secas na região Nordeste. A partir da segunda metade do século XIX, período este em que a economia nacional atravessava uma rigorosa crise, surge alguns estudos científicos mais apurados sobre as causas estruturais bem como as sequelas da miséria no semiárido. É por meio de tais estudos que surgem novos paradigmas sobre a relação entre homem e semiárido. Trata-se da troca do termo “combate à seca” por “convivência com a seca”, pois se tornara redundante referir-se ao combate a um episódio, em primeira instância, climático (SILVA, 2007).

Neste caso, a ideia de combater a seca é extinta, pois como combater um fenômeno natural? Fica assim em evidência que essa tese não é possível. Para entender melhor essa questão podemos destacar aqui um exemplo simples: as pessoas que vivem em regiões muito frias como os esquimós ou outras que vivem em regiões quentes como no deserto; eles não combatem o gelo do ártico nem o deserto, apenas aprenderam a conviver no ambiente em que vivem. Desse modo, os sertanejos não podem combater o período de estiagem, mas sim conviver com ele.

A partir desse aspecto, novos paradigmas começam a ser implantados trazendo assim um discurso inovador para o Semiárido, baseado por sua vez nos aportes do Desenvolvimento Sustentável.

Vale ressaltar que o desenvolvimento é avaliado para descrever o processo de transformação que determinado país ou região encontra-se, seja ela de nível econômico, social ou político e que os motivos do próprio desenvolvimento é visto como uma necessidade do indivíduo bem como da sociedade em geral.

Já nas ciências sociais, como não é o caso da Economia, o termo desenvolvimento encontra-se, em geral, associado ao desenvolvimento humano; o processo no qual a sociedade humana busca melhor realizar as suas virtualidades e potencialidades (BARACHO e

FAUVRELE, *apud* FURTADO, 1981). Portanto, é relevante destacar que a ideia de desenvolvimento seria necessário equilibrar os aspectos econômicos, social e ambiental do “desenvolvimento” em contraposição a ideia de integrar o desenvolvimento exclusivamente ao crescimento econômico.

O desenvolvimento sustentável baseia-se como “um processo de transformação que ocorre de forma harmoniosa nas dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica a partir do individual para o global” (SILVA, 2006 p.18). Significa, portanto, que tal processo deve ocorrer não somente na esfera econômica, mas sim nos níveis citados acima.

Também se considera como desenvolvimento sustentável o “desenvolvimento que atende as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas”. (RAMOS, 2014 *apud* BRUNDTLAND, 1987 *apud* GIDDENS, 2012). Isto significa dizer que, o desenvolvimento sustentável é aquele que acata as necessidades do presente sem afetar as próximas gerações de poderem atender suas próprias obrigações.

Nessa perspectiva, a convivência com o semiárido distingue-se pela procura de aprender a conviver com suas especificidades ambientais/naturais. Com isso, diversos movimentos e organizações não governamentais tem buscado a criação de projetos de manejo sustentável dos recursos naturais estabelecendo proposições que apontam a promoção do desenvolvimento sustentável para devida região (SILVA, 2008, p.232).

Otamar de Carvalho relata que a convivência com a semiaridez é um processo constante de aprendizagem que vem desde os tempos da colonização, cujo principal intérprete é a população sertaneja. No entanto, a sequência do aprendizado e da promoção da convivência:

Requer instrução e educação para todos, por métodos formais (para os mais jovens) e processos menos ortodoxos (para os de mais idade). Exige mudança de mentalidade dos beneficiários diretos dos processos de inovações, dedicação dos que vierem a ser responsáveis por essas mudanças e muito compromisso social das elites dirigentes e formadores de opinião (SILVA, *apud* CARVALHO; EGLER, 2003, p. 164).

Nesse contexto, é preciso que a população seja instruída e que ocorra compromisso tanto das elites governantes, quanto da própria população; para que haja efetivamente mudança na devida região.

A convivência com o Semiárido segundo Silva (2006) remete-se a um aspecto cultural orientador da ascensão do desenvolvimento sustentável no Semiárido com desígnio de promover a cidadania e melhorar as condições de vida da população através de ações

socioeconômicas e tecnológicas, ajustadas com a preservação dos recursos naturais, bem como sua renovação.

Com base nessa perspectiva, Silva (2006) destaca que é essa a direção de um novo modelo civilizatório, articulando as distintas dimensões de intervenção na realidade:

- Social – A base da superação da pobreza é o acesso a bens e serviços públicos fundamentais (educação, saúde, moradia, saneamento, assistência social e previdenciária, lazer etc.), como direitos de cidadania. Significa também empreender mudanças nas atuais relações de dominação sociais, étnicas, de gênero e de geração.
- Cultural – a convivência cultural está relacionada à forma de conceber, compreender, difundir e inovar a realidade. Valoriza a reconstrução dos saberes locais como forma de convivência. O caminho é a educação contextualizada, ou seja, a contextualização dos processos de ensino-aprendizagem à realidade local.
- Econômica – prioridade à geração de trabalho e renda através de alternativas de produção apropriadas às condições edafoclimáticas do Semiárido. Além de sustentáveis, as iniciativas de produção e distribuição das riquezas devem ser incluídas, com a democratização do acesso aos meios necessários à produção.
- Ambiental – implica a recuperação e conservação dos ecossistemas presentes no Semiárido. As tecnologias e práticas de manejo de recursos naturais devem ser apropriadas, considerando as potencialidades e fragilidades ambientais.

Portanto, faz-se necessário equilibrar os aspectos (econômico, político, social, ambiental e cultural) do desenvolvimento em contraposição a ideia de apenas associar desenvolvimento exclusivamente ao fator econômico.

4.1 CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO: MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS.

O processo de reorganização da sociedade civil proporcionou a criação e expansão de organizações não governamentais bem como o Governo Federal que passaram a desenvolver e difundir tecnologias alternativas e a apoiar os chamados projetos alternativos comunitários no Semiárido brasileiro.

Assim, algumas iniciativas específicas foram implementadas na devida região com o intuito de promover o desenvolvimento da mesma. Dentre elas Silva (2007) destaca: O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF criado em 2003 com o objetivo de

apoiar as atividades dos agricultores da região através do financiamento de tecnologias de convivência, como a construção de obras hídricas (cisternas, barragens) para a produção e o consumo humano. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2011), esse programa possui três atos fundamentais que são o investimento, o custeio e a agroindústria. Nessa linha insere-se também o Seguro-Safra que é voltado para os agricultores familiares do Semiárido que são beneficiários do PRONAF. Este benefício corresponde a uma renda mensal durante cinco meses.

Outras iniciativas ainda são ressaltadas pelo autor como o caso do Projeto Dom Helder Câmara, o Projeto Áridas e o Programa 1 Milhão de Cisternas. O primeiro tem por finalidade de desenvolver ações de segurança hídrica, segurança alimentar, produção e comercialização, gestão social e acesso ao crédito. O segundo foi criado nos anos 1993/1994 com destaque na reconstrução fundiária por meio da ocupação demográfica; e o terceiro o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) está baseado na premissa do uso sustentável dos recursos naturais para possibilitar o acesso a equipamentos de captação e armazenamento de água de chuva para o consumo humano.

Destarte, é notório que as políticas de implementadas pelo Governo Federal e sociedades não governamentais para a promoção do desenvolvimento e a convivência com o semiárido tem desempenhado a tarefa de buscar recursos que possam contribuir com essa região. Assim, o problema do semiárido não é o fator da “seca”, da falta de água, mas sim da falta de conhecimentos, tecnologias e infraestrutura para conviver com ela.

Portanto, para conviver com o semiárido é preciso adequar-se a ele utilizando os recursos que o mesmo oferece. Tecnologias existem e são indispensáveis, devem ser usadas para o bem dos indivíduos, mas de fato, não podemos e muito menos devemos esperar que os problemas da região do semiárido (ou de outra qualquer) sejam resolvidos apenas com o uso de tecnologias, muitas vezes o uso desta não é necessário, pois usar o que a natureza nos oferece de modo simples, é a melhor opção e caminho a seguir.

Diante dessa situação, o governo federal, estadual e municipal bem como organizações não governamentais tem discutido e promovido projetos e programas voltados tanto a Região Nordeste quanto o Semiárido, sendo assim é nítido que as estratégias idealizadas para promover o desenvolvimento dessa região tem sido de grande relevância, pois muitos dos projetos têm beneficiado aqueles que vivem nessa região. Contudo, tanto os governos, quanto os órgãos não governamentais precisam buscar mais alternativas para o melhoramento da região Nordeste e do Semiárido brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Semiárido brasileiro continua a ser uma região mal compreendida pelo simples fato da seca prevalecer na região. Contudo, a seca é uma característica natural que como já foi explícito por diversos estudiosos em destaque Celso Furtado, não pode ser combatida; nesse sentido ao longo dos anos procuraram-se soluções determinantes para os problemas gerados pelas secas na região Nordeste; porém, a busca por tais soluções se tornara um pouco complexa, pois sua consolidação depende tanto dos governos quanto do desenvolvimento de todo o aparato social, ou seja, a sociedade precisa entender que a construção de um “novo” semiárido não depende unicamente de iniciativas governamentais, mas também da própria sociedade, só assim haverá mudanças.

Nesse contexto, conclui-se que ao longo dessa pesquisa o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semiárido (PDSA) foi importante em parte para a discussão da promoção do desenvolvimento do semiárido, pois o mesmo apresentou alternativas para a ascensão do desenvolvimento dessa região, mas ao longo dos anos pôde constatar que tais propostas ficaram apenas na “teoria”, pois poucas foram implementadas. Verificou-se também que as transferências de renda em especial “as aposentadorias e o Programa Bolsa Família” do Governo Federal predominam na região como fonte de desenvolvimento econômico.

Pode-se dizer que as primeiras ações da busca pelo desenvolvimento na região do semiárido pelo poder público somente vieram à tona a partir da segunda metade do século XIX, período este em que a economia nacional atravessava uma rigorosa crise. Assim, surgem alguns estudos científicos mais apurados sobre as causas estruturais bem como as sequelas da miséria no semiárido.

Ao adentrar o século XX, há uma preocupação mais clara por parte dos atores públicos frente à problemática da promoção do desenvolvimento do semiárido. Nesse período, são criados órgãos públicos designados a promover políticas que pudessem propiciar o desenvolvimento do Semiárido. Neste aspecto destacam-se, o PDSA e a SUDENE. As obras empregadas centravam-se em programas voltados para o aumento da produção da economia agropecuária das áreas secas, com base na exploração do algodão e da pecuária e também em programas de irrigação, entre outros.

Portanto, transformações expressivas têm ocorrido ao longo desses séculos, no que se refere a “promoção do desenvolvimento no semiárido”, inclusive ressaltando a expectativa a partir da construção da ideia de “convivência com o semiárido” que se caracteriza pela busca

do "aprender a conviver com as suas especificidades ambientais e formulando proposições que visam à promoção e o alcance do desenvolvimento sustentável" (SILVA, 2008, p. 232).

Todavia, as ações e os dilemas da população do semiárido bem como do Nordeste não são decorrentes do clima que o mesmo possui, mas sim de origens políticas e sociais que, ao longo dos anos contribuíram para o atraso do desenvolvimento que ao invés de buscarem soluções para os problemas antes mesmo de acontecerem (como a questão da estiagem na região) só agem no momento de calamidade que se encontra a região.

Assim sendo, o desenvolvimento é uma questão ampla de transformações sociais estruturais que vai além do viés econômico, com o objetivo de promover programas sociais, direitos essenciais como saúde, segurança e educação. Com base nesse fator, pode-se dizer que o verdadeiro combate às secas também se encontra na educação, pois se faz necessário a criação de oportunidades para a população da respectiva região, bem como o compromisso tanto dos atores políticos, quanto da população. Como exemplo disso, tem-se na região do cariri paraibano, especificamente na cidade de Sumé-Pb o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA que foi criado no âmbito do Plano de Expansão Institucional da UFCG (PLANEXP), com o desígnio de democratizar o acesso à Universidade para que os jovens possam ter uma formação profissional de nível superior.

Também tem a função contribuir para a formação de um novo paradigma a promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido, possibilitando assim novas perspectivas em termos econômicos, produtivas e educacionais para a sua população, bem como as demais que habita o Bioma da Caatinga. Desenvolve atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão em duas áreas de conhecimento: a tecnologia voltada para o desenvolvimento e a educação (formação de professores nas áreas de Ciências Sociais e Educação do Campo) capacitando esta classe para o desenvolvimento e gestão de projetos no âmbito das políticas públicas e do setor produtivo.

Assim sendo, espera-se que este trabalho possa auxiliar outras reflexões mais aprofundadas e que possa colaborar para os conhecimentos voltados a região do Semiárido, bem como disseminar a importância do aceitar da realidade local e oferecer apoio para a promoção do seu desenvolvimento. É necessário que o Semiárido seja enxergado como um local de oportunidades e que as antigas noções que o retratam como sinal de precariedade, fome e miséria deem lugar para discussões no que diz respeito as suas potencialidades, neste sentido, através do fator da sustentabilidade.

Lembrando que explorar de modo sustentável as riquezas presente no semiárido, assumindo a semiaridez como benefício, torna-se o meio pelo qual resolveremos as questões humanas e ambientais da região.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Alves Leonardo, LIMA, R. Policarpo João- **Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino.** Revista Planejamento e Políticas Públicas/n. 33/jul./dez.2005.

ARAUJO, Bacelar Tânia. **Economia do Semiárido Nordeste: a crise como oportunidade.** Coletiva, nº6/Out/Nov./Dez 2011. Disponível em [http://<www.coletiva.org/site>](http://www.coletiva.org/site) Acesso em: 21 de setembro de 2013, às 20h00min.

BUAINAIN, Márcio Antônio, GARCIA, Ruiz Junior- **Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas.** Revista Franco-Brasileira de Geografia/n.19/nov./2013. Disponível em: <http://www.confins.revues.org>. Acesso em 21 de outubro de 2014, às 03h57min.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **MDS em números – 2011.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acesso em: 30/10/2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do semiárido brasileiro.** 2005b. Disponível em: <http://www.integração.gov.br>. Acesso em 20/08/13 às 23h30min.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semiárido**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional 2005.

CAMPOS, José Nilson B. e STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Disponível em: <http://www.deha.ufc.br>. Acesso em: 18 de setembro de 2014, às 15:37 hs.

CARVALHO, Otamar de; EGLER, Claudio A. G. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste Semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

DATA SOCIAL, **Quantidade de famílias beneficiárias e valores de repasse do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.aplicacoes.mds.gov.br>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2015, às 04:04 hs.

FERREIRA, Rosilda Arruda. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos**. Recife: UFPE, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: Sudene, 1967.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria e VARGAS, Glória Maria. **Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território.** Sociedade e Estado, Brasília, v.24, n.1, p.47-87, jan/abr.2009.

LIMA, Cláudio Ferreira. Por uma política de desenvolvimento regional no Brasil. **A questão regional no Brasil: quosque tendem?** Disponível em: <http://www.econometrix.com.br>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2015 às 02h23min.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em: < <http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em: 17/09/2013 às 22:40 hs.

RAMOS, Daniela Brito. **Notas sociológicas sobre as secas no Nordeste.** Sumé-PB, 2014. Monografia-Universidade federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do nordeste do Brasil, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2006.

_____. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. In: **Revista Economia do Nordeste.** v.38, nº 3, jul-set. 2007.

SUAASSUNA, João. **Semiárido: proposta de convivência com a seca** Disponível em: www.fundaj.gov.br Acesso em: 19 de setembro de 2014, às 02h22min. Recife, 07 de fev. de 2002.

SILVA, C. L. **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 2006- 298 f. Revista Economia do Nordeste, Fortaleza, v.38, nº 3, jul-set. 2007.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. **Nordeste do Brasil - atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo**. 2001. 327.f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.